



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 265

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

RECURSO VOLUNTÁRIO

AUTO DE INFRAÇÃO: 04.9.0005865.00001.00016653.2018-25 (SEFISC)

VALOR TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: R\$ 446.688,97

RECORRENTE: CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA

RECORRIDO: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Senhor Presidente e demais membros do Conselho de Contribuintes:

Trata-se de recurso administrativo contra decisão de primeira instância (fls. 158) que indeferiu a impugnação referente ao lançamento efetuado por meio do Auto de Infração 04.9.0005865.00001.00016653.2018-25 (SEFISC) (fls. 02/36), lavrado em 26/07/2018 (fls. 02), cujo recebimento pelo contribuinte se deu em 30/07/2018 (fls. 03).

A cobrança se refere ao IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015 (fls. 06/11), em virtude da apuração de diferença de base de cálculo (fls. 06) e insuficiência de recolhimento (diferença de alíquota) (fls. 08).

O contribuinte se insurgiu contra o lançamento, em apertada síntese, sob o argumento de que a sua exclusão do regime do Simples Nacional fundou-se no fato de o sócio Jerônimo Luiz da Silva Batista ter participação acionária, além da empresa recorrente, também na sociedade JMA Empreendimentos Educacionais Ltda, sendo o faturamento de ambas superior a R\$ 3.600.000,00 que era o limite legalmente estabelecido no período considerado. Acrescentou que apenas houve a comparação entre os contratos sociais das empresas com a conclusão de que ambas eram administradas pelo mesmo sócio (fls. 89/90).

Alegou que, somente depois de concluído todo o processo de exclusão do regime (com intimação da exclusão, defesa, decisão definitiva e registro no portal do Simples Nacional), poderia ser formalizado o lançamento discutido nos autos e, em consequência, o procedimento seria nulo (fls. 91/92).



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 266

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

Consignou que o Auto de Infração se baseou na exclusão do regime (fls. 93) e que foram incluídos na base de cálculo os descontos incondicionais (bolsas de estudo e abatimentos), sendo que não foram analisados os aditivos dos contratos e isso levou à superação da receita bruta global limítrofe. No entender da contribuinte, a base de cálculo somente pode ser composta por ingressos efetivos e definitivos decorrentes da atividade de prestação de serviços e devem ser considerados incondicionados todos os descontos que importem em redução das receitas (fls. 94).

Afirmou que não restou demonstrada a configuração de grupo econômico e que esta demonstração depende de prova contábil (como empréstimos de uma sociedade a outra, assunção de despesas por uma das empresas, etc.), sendo certo que o sócio participante de uma empresa optante pode participar de outra empresa tributada no Simples Nacional, sem a exclusão de ambas, desde que a receita global não ultrapasse o limite legalmente estabelecido (fls. 95).

Assinalou que a recorrente possui endereço diverso da JMA Empreendimentos Educacionais Ltda e que possui funcionários que não são comuns com esta (fls. 96).

Destacou que a sua exclusão do Sistema do Simples Nacional e autuação, sem o devido processo legal, implicou em preterição, prejuízo e cerceamento do direito de defesa e, conseqüentemente, na nulidade da notificação de exclusão e dos autos de infração (fls. 101/102).

Registrou que *“a decisão de exclusão do Programa "Simples Nacional", foi levada a efeito sem sequer oportunizar o exercício do direito de defesa; de acordo com a Notificação N° 10101 a exclusão foi imediata, produzindo efeitos imediatos com a lavratura do auto de infração no portal do SIMPLES NACIONAL”* (fls. 103).

Assegurou que *“qualquer desconto que efetivamente diminua o ingresso de dinheiro decorrente da atividade de prestação de serviços importará em diminuição da base de cálculo do tributo. Logo, um desconto sujeito à condição futura em relação à data da celebração do contrato, mas que já*



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 267

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

tenha se implementado quando da prestação do serviço, efetivamente reduzindo o preço, não pode ser considerado "condicionado" para fins de compor a base de cálculo do ISS. Como ensina Aires F. Barreto, 'o imposto nunca pode alcançar valores que não se traduzam em receita auferida pelo sujeito passivo'" (fls. 123) e que o desconto não é condicional se o fato que dá ensejo a ele é anterior ao pagamento (fls. 124).

Ressaltou que os aditivos aos contratos referentes às bolsas não foram analisados pelo Fisco Municipal (fls. 125) e, em desacordo com o entendimento da SMF no sentido de que os descontos concedidos aos pais que pagam em dia as mensalidades seriam condicionais uma vez que dependeriam de evento futuro e incerto, sustentou que seriam incondicionais pois já integram o próprio boleto bancário (fls. 125) e possuiriam a característica da previsibilidade e não representariam ingresso de receita, não podendo integrar a base de cálculo do imposto (fls. 126).

Acrescentou que "nos descontos por pontualidade no pagamento da mensalidade e nos descontos por bolsa de estudos, se verifica que inexistente o elemento da incerteza, o qual é essencial para a configuração da incondicionalidade. Com efeito, os aditivos aos contratos assinados indicam que o valor da mensalidade sofrerá desconto" e que "se os descontos já são previamente informados ao público, dependendo tão somente de um fator objetivo, que é o pagamento realizado em uma determinada data, conclui-se que não há que se falar na ocorrência de um evento "futuro e incerto" nos moldes do quanto previsto no art. 121 do Código Civil" (fls. 127).

Observou que o item 4º do relatório final da ação fiscal indica a existência de grupo econômico pelo simples fato das duas sociedades estarem sob administração do mesmo sócio (fls. 132) e que de acordo com acórdão do TRF da 3ª Região "não basta para caracterizar um grupo econômico de fato que: (a) as empresas possuam o mesmo objeto social; e, (b) em algum momento, tenham sido administradas por membros da mesma família" (fls. 134).

Apontou que, para a configuração de grupo econômico de fato, devem estar presentes as seguintes características na relação sob análise: comando unificado, objetivo econômico em comum, apuração contábil e compartilhamento de funcionários (fls.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 268

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

136/137) e que, analisando-se o contrato social, constata-se que as sociedades não possuíam o mesmo endereço e utilizavam “*parte do local*” (fls. 139).

Finalizou acrescentando que o somatório das receitas das duas sociedades somente ultrapassou o limite de 3.600.000,00 de receita bruta, no ano-calendário imediatamente anterior, incorrendo na vedação prevista no § 4º, inciso III do art. 3º da LC nº 123/06, porque foram incluídos na base de cálculo os valores relativos aos descontos incondicionais (fls. 138).

O parecer que serviu de base para a decisão de 1ª instância destacou que pode-se constatar a formação de grupo econômico entre as sociedades Centro Educacional Alzira Bittencourt S/S Ltda (CNPJ: 31.833.718/0001-92 - educação infantil e ensino fundamental) e J.M.A. Empreendimentos Educacionais Ltda (CNPJ: 08.899.244/0001-60 - ensino médio e ensino técnico) levando-se em conta que há identidade dos sócios nas duas entidades (Jerônimo Luiz da Silva Batista - sócio administrador e Marcelo Pereira Picanço - direção pedagógica), coincidência quanto à natureza dos serviços prestados (serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional), que elas utilizam o mesmo nome fantasia (Centro Educacional Alzira Bittencourt), que funcionam no mesmo endereço (Rua Ministro Otávio Kelly, nº 271) e que compartilham os mesmos funcionários (fls. 152).

Ressaltou que, conforme Acórdão nº 06-26037 da 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, “*não há necessidade de análises contábeis para a caracterização do grupo econômico, quando se têm outros elementos capazes de evidenciar esta condição*” (fls. 153/154).

Afirmou que os descontos concedidos pelas prestadoras, caso o tomador efetue o pagamento dos serviços até determinada data, têm natureza de desconto condicional já que, conforme se depreende dos próprios contratos apresentados pelo sujeito passivo que constam do procedimento fiscal 030010524/2018, se submetem à condição de que



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 269

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

não haja atraso de um dia sequer na referida quitação da obrigação e, desse modo, devem integrar a base de cálculo do imposto, nos termos do art. 80, § 4º do CTM (fls. 154/155).

A decisão de 1ª instância (fls. 158), em 29/10/2018, acolhendo o parecer, foi no sentido do indeferimento da impugnação mantendo-se o lançamento.

Após o recebimento da comunicação da decisão de 1ª instância, ocorrida em 28/12/2018 (fls. 160), o contribuinte protocolou recurso administrativo (fls. 163/237) no dia 23/01/2019.

Em sede de recurso, a contribuinte reiterou os argumentos da impugnação, reafirmando especialmente que somente após a decisão definitiva desfavorável acerca da impugnação ao termo de exclusão do Simples Nacional poderia ser efetivamente excluída do referido regime e efetuados os lançamentos que também foram objeto de impugnação (fls. 164/166).

É o relatório.

Preliminarmente à análise do mérito, há que se verificar a observância do prazo legal para protocolar o recurso administrativo pela recorrente.

A ciência da decisão de 1ª instância ocorreu em 28/12/2018 (sexta-feira) (fls. 160), como o prazo recursal era de 30 (trinta) dias, seu término adveio em 31/01/2019 (quinta-feira), tendo sido a petição protocolada em 23/01/2019 (fls. 163), esta foi tempestiva.

As questões discutidas nos autos se referem, resumidamente, à verificação da legalidade do procedimento de exclusão da recorrente do regime do Simples Nacional, à investigação da correção da constatação de formação de grupo econômico de fato entre ela e a sociedade JMA Empreendimentos Educacionais Ltda e à análise da adequação da inclusão dos valores referentes aos descontos concedidos por pontualidade no pagamento das mensalidades e das bolsas parciais de educação escolar, na base de cálculo do ISSQN.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 270

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

O procedimento de exclusão das empresas optantes pelo Simples Nacional tem previsão nos art. 28 a 32 da Lei Complementar nº 123/06, sendo regulamentado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, conforme o § 3º do art. 29 da referida lei. O CGSN se desincumbiu desta tarefa por meio da Resolução CGSN nº 140, de 22/05/2018, que determina em seu art. 83¹ que, em se tratando de prestação de serviços incluídos em sua competência tributária, cabe ao município a exclusão de ofício da ME optante do regime diferenciado.

O dispositivo legal impõe também, em seus §§ 1º e 2º, que deve ser expedido Termo de Exclusão e dada a ciência ao interessado, de acordo com a legislação do próprio ente que der início ao processo de exclusão. Os §§ 3º e 4º tratam do efeito suspensivo da impugnação ao Termo de Exclusão que somente se torna efetivo após a decisão administrativa definitiva, caso tenha havido a impugnação, ou ainda, após o vencimento

¹ Art. 83. **A competência para excluir de ofício** a ME ou a EPP do Simples Nacional é: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 5º; art. 33)

(...)

III - **dos Municípios**, tratando-se de prestação de serviços incluídos na sua competência tributária.

§ 1º **Será expedido termo de exclusão do Simples Nacional** pelo ente federado que iniciar o processo de exclusão de ofício. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º)

§ 2º **Será dada ciência do termo de exclusão à ME** ou à EPP pelo ente federado que tenha iniciado o processo de exclusão, **segundo a sua respectiva legislação**, observado o disposto no art. 122. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 1º-A a 1º-D; art. 29, §§ 3º e 6º)

§ 3º **Na hipótese de a ME** ou a EPP, dentro do prazo estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, **impugnar o termo de exclusão, este se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte**, com observância, quanto **aos efeitos da exclusão, do disposto no art. 84**. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 39, § 6º)

§ 4º **Se não houver**, dentro do prazo estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, **impugnação do termo de exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido o respectivo prazo**, com observância, quanto **aos efeitos da exclusão, do disposto no art. 84**. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º; art. 39, § 6º)

§ 5º **A exclusão de ofício será registrada no Portal do Simples Nacional na internet**, pelo ente federado que a promoveu, após vencido o prazo de impugnação estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, sem sua interposição tempestiva, ou, caso interposto tempestivamente, após a decisão administrativa definitiva desfavorável à empresa, **condicionados os efeitos dessa exclusão a esse registro, observado o disposto no art. 84**. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 29, § 3º; art. 39, § 6º)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 271

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

do prazo fixado para a interposição do recurso, quando o interessado não inaugurar o litígio acerca de sua exclusão. Já o § 5º determina que, após o esgotamento do prazo sem a interposição da impugnação ou a decisão definitiva no âmbito administrativo quando ocorre a interposição, é obrigatório o registro da exclusão de ofício no Portal do Simples Nacional, sendo que os efeitos da exclusão são condicionados ao atendimento desta exigência e sempre serão considerados a partir das datas fixadas no art. 84 da resolução.

No âmbito do Município, o Decreto nº 10.487/09 disciplinava o processo administrativo tributário à época do procedimento de fiscalização e dispunha em seu art. 10² do Capítulo II, que tratava da notificação e da intimação fiscal, que era obrigatória a cientificação dos atos de natureza decisória ou que impusessem ao sujeito passivo a prática de qualquer ato.

Com efeito, verifica-se, pela análise da Notificação nº 10.101 (cópia às fls. 250/251), que estão presentes no documento os dispositivos legais infringidos, a especificação dos fatos que levaram à exclusão, a data a partir da qual ela produziria efeitos, bem como o prazo previsto para interposição da impugnação de acordo com a legislação municipal.

Na referida notificação que corresponde ao termo de exclusão do Simples Nacional previsto no § 1º do art. 83 da Resolução CGSN nº 140, consta a ciência do interessado, efetuada em 30/07/2018, conforme determinação do § 2º do mesmo artigo, e o litígio referente ao procedimento que pode resultar na exclusão da recorrente está sendo levado a cabo nos autos do processo administrativo 030016000/2018, no qual estão sendo assegurados ao sujeito passivo tanto o contraditório quanto a ampla defesa.

² Art. 10. O sujeito passivo deverá ser cientificado do ato que determinar o início do processo administrativo-tributário, bem assim de todos os demais de natureza decisória ou que lhe imponham a prática de qualquer ato.

§1º. A comunicação será efetuada:

I - pessoalmente, mediante entrega de cópia do ato próprio contribuinte, seu representante legal, mandatário ou preposto, contra assinatura-recibo, datada no original, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusa a assinar.

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 272

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

Ressalta-se, que em consulta ao sistema do Simples (fls. 252), verifica-se a existência de um registro equivocado de exclusão no dia 16/05/2019. No entanto, o procedimento foi corrigido, em 04/07/2019, após a constatação do erro, uma vez que o recurso na esfera administrativa (Processo 030016000/2018) ainda estava pendente de julgamento. Desse modo, entende-se que, com a correção do equívoco relatado, a determinação de que a exclusão de ofício somente pode ser registrada no Portal do Simples Nacional após a decisão administrativa definitiva desfavorável à empresa (§ 5º do art. 83 da Resolução CGSN nº 140), caso esta ocorra, será também atendida.

Como se vê, estão sendo cumpridas todas as exigências fixadas tanto na legislação nacional quanto na municipal e, desse modo, não merecem prosperar os argumentos da recorrente no sentido de que o devido processo legal não está sendo respeitado, uma vez que a exclusão de ofício ainda não foi registrada no Portal do Simples Nacional e a sociedade continua apurando e recolhendo seus tributos no referido regime, ou seja, ao contrário do que consta na petição, a impugnação continua produzindo o efeito suspensivo dela decorrente.

Cumpra também lembrar que o ato administrativo, em sua formação e produção de efeitos, está sujeito a três planos lógicos distintos: a perfeição, validade e eficácia. A perfeição se relaciona com seu ciclo de formação, ou seja, reputa-se perfeito o ato quando foram cumpridas todas as fases necessárias à sua formação. A validade corresponde à adequação do ato às exigências normativas. Já a eficácia diz respeito à aptidão do ato para produzir efeitos jurídicos.

Com efeito, o excerto "*se tornará efetivo*" relacionado ao termo de exclusão e destacado pela defesa da recorrente se refere a esses planos lógicos. Desse modo, o mencionado ato administrativo somente estará consumado após esgotadas todas as fases de seu ciclo de formação. Por outro lado, a sua conformidade com a legislação deve ser verificada pelo próprio interessado que pode, inclusive, renunciar à fase litigiosa, ou pela Administração, durante a análise do litígio, que assegure ao sujeito passivo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 273

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

contraditório e a ampla defesa. Já a produção de efeitos do termo somente ocorrerá, conforme disposto na própria legislação, após o decurso do prazo para a impugnação ou da decisão definitiva desfavorável ao contribuinte.

Importa ressaltar que o registro da exclusão de ofício no Portal do Simples Nacional trata-se de ato administrativo independente e distinto do ato de lavratura do termo de exclusão, sendo este efetuado no início de todo o procedimento e aquele o que encerra o processo de cassação do direito ao regime diferenciado e cuja produção de efeitos está fixada no art. 84 da Resolução CGSN nº 140. Desse modo, o 1º ato (termo de exclusão) somente “*se tornará efetivo*” após a realização do 2º ato (registro no Portal).

Verifica-se que a maioria das decisões incluídas nas petições da recorrente se limitam a afirmar que as sociedades em questão não podem ser excluídas do regime sem a obediência ao prévio e devido processo legal, ou seja, impõem a observância da legislação no que se refere à impossibilidade de exclusão imediata do contribuinte sem que se conceda a ele a oportunidade de se defender da pretensão administrativa.

Isso não quer dizer, como tenta fazer crer a recorrente, que os lançamentos que o Fisco Municipal entende que sejam devidos somente possam ser realizados após a conclusão de todo o procedimento de exclusão, desde que, como não poderia deixar de ser, a exigibilidade dos referidos créditos também esteja suspensa até a decisão final.

Até mesmo a jurisprudência citada no recurso no sentido de que é necessário o esgotamento de todo o procedimento para que se efetue o lançamento dos créditos tributários ou não é definitiva³ ou se baseia na discutível tese de que o prazo decadencial somente começaria a fluir a partir da decisão final confirmadora da exclusão do regime simplificado⁴. Além disso, não vinculam a Administração Tributária municipal que

³ O acórdão da Apelação Cível 1.0024.13.282380-8/003 (TJMG) foi objeto do AREsp nº 947764/MG ainda não julgado.

⁴ Apelação no 5003044-90.2015.4.04.7105/RS (TRF 4).



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 274

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

atendeu a legislação aplicável uma vez que está sendo garantida a plena defesa da recorrente e que suspendeu a eficácia do termo de exclusão e a exigibilidade dos créditos lançados.

Com relação aos argumentos de que a cobrança efetuada por meio do auto de infração em análise, que considerou o somatório das receitas das 2 (duas) sociedades para a identificação da alíquota aplicável e apuração da base de cálculo (no período de 01 a 12/2015), teria respaldo apenas na constatação de que ambas seriam administradas pelo mesmo sócio e que a demonstração de grupo econômico dependeria obrigatoriamente da apresentação de prova contábil, não se sustentam conforme será demonstrado adiante.

Conforme consta do Relatório Final da Ação Fiscal (fls. 32/36) que foi parte integrante do auto de infração, a configuração de grupo econômico se baseou na comprovação de que as sociedades funcionam no mesmo imóvel situado na Rua Ministro Otávio Kelly, 217 - Icaraí (Matrícula do IPTU nº 006.481-6), se utilizam do mesmo nome fantasia, compartilham quadro de funcionários e possuem quadro societário quase idêntico, sendo o sócio Jerônimo Luiz da Silva Batista o administrador e o sócio Marcelo Pereira Picanço o responsável pela direção pedagógica em ambas as sociedades.

Essas informações foram apuradas durante o procedimento de fiscalização, no qual se efetuou a análise do cadastro municipal, conforme os boletins de informações cadastrais (BIC) das inscrições municipais nºs 002.185-7 e 138.962-6 (fls. 263/264), bem como na apreciação dos contratos sociais respectivos, no que se refere ao:

- Endereço e nome fantasia (fls. 241 e 255):



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo: 030016007/2018

Data: 11/07/2020

Folhas:

Rubrica:

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 275

1. Centro Educacional Alzira Bittencourt S/S Ltda:

PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, DURAÇÃO, SEDE E FORO

A sociedade girará sob o nome empresarial de "CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA-EPP", com nome fantasia de CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT, sendo sua duração por tempo indeterminado, com sede na cidade de Niterói, à Rua Ministro Otávio Kelly nº 217 – Icaraí – Niterói – RJ - CEP: 24220-300 e Filial à Rua Mem de Sá nº 31 – Icaraí – Niterói – RJ – CEP: 24220-260.

2. JMA Empreendimentos Educacionais Ltda:

PRIMEIRA: DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, DURAÇÃO, SEDE E FORO

A sociedade girará sob o nome empresarial de "J. M. A. EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA." com nome fantasia de "CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT", sendo sua duração por tempo indeterminado, podendo a critério dos sócios instalar escritórios, agências ou filiais, bem como, quaisquer dependência onde e quando lhe convier, e funcionará com sede e foro na cidade de Niterói, à *Rua Ministro Otávio Kelly nº 217 – Parte – Icaraí – Niterói – RJ – CEP: 24220-300.*

- Objetivo social (fls. 241 e 255):

1. Centro Educacional Alzira Bittencourt S/S Ltda:

SEGUNDA: DO OBJETIVO SOCIAL

A sociedade tem como objetivo social proporcionar a **Educação Infantil e Ensino Fundamental.**

2. JMA Empreendimentos Educacionais Ltda:

SEGUNDA: DO OBJETIVO SOCIAL

A sociedade tem por objetivo principal as atividades de:

- a) Ensino Médio e
- b) Ensino Técnico.

- Quadro societário (fls. 241 e 255/257);

1. Centro Educacional Alzira Bittencourt S/S Ltda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 276

Processo: 030016007/2018

Data: 11/07/2020

Folhas:

Rubrica:

TERCEIRA: DO CAPITAL SOCIAL.

O Capital Social é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), dividido em 32.000 (trinta e duas mil) quotas com valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do País, e distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº DE COTAS	VALOR (R\$)
Jerônimo Luiz da Silva Batista	16.000	16.000,00
Marcelo Pereira Picanço	16.000	16.000,00
TOTAL	32.000	32.000,00

2. JMA Empreendimentos Educacionais Ltda:

TERCEIRA: DO CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 100 (cem) quotas com valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada, assim distribuídas entre os sócios quotistas:

Sócios-Quotistas	Nº de quotas	Valor – R\$
Jerônimo Luiz da Silva Batista	40	4.000,00
Marcelo Pereira Picanço	40	4.000,00
Acácio dos Santos Simões	20	2.000,00
Total	100	10.000,00

- Administração (fls. 241/242 e 257):

1. Centro Educacional Alzira Bittencourt S/S Ltda:

SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 277

Processo: 030016007/2018

Data: 11/07/2020

Folhas:

Rubrica:

A administração da sociedade caberá ao sócio administrador Sr. **JERÔNIMO LUIZ DA SILVA BATISTA**, que isoladamente, terá os poderes e atribuições de praticar todos os atos necessários ao seu funcionamento, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. Na movimentação de contas bancárias, assinatura de cheques, assim como, nos contratos de compra e venda de bens, serviços ou semelhantes, ou seja, em qualquer procedimento que possa, direta ou indiretamente, gerar ônus ou responsabilidade para a sociedade, a mesma se fará representar mediante a assinatura do sócio administrador Sr. **JERÔNIMO LUIZ DA SILVA BATISTA**. O sócio **MARCELO PEREIRA PICANÇO** será o sócio gerente, que ficará responsável por todo o movimento pedagógico e operacional da atividade educacional desenvolvida.
Parágrafo único: A administração da sociedade poderá ser exercida por terceiros, mediante concordância dos sócios que representem a totalidade do Capital Social.

2. JMA Empreendimentos Educacionais Ltda:

SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade caberá ao sócio administrador **Jerônimo Luiz da Silva Batista**, que assina pela empresa, com poderes e atribuições de praticar todos os atos de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, Arts. 997,VI; 1.013; 1.015 e 1.064 da Lei 10.406/02 e pelo sócio **Marcelo Pereira Picanço**, que responderá pela direção pedagógica..

Parágrafo único: A administração da sociedade poderá ser exercida por terceiros, mediante concordância dos sócios que representem $\frac{3}{4}$ da totalidade do Capital Social.

Como se vê, a própria documentação das empresas envolvidas bem como os dados cadastrais comprovam, de forma inequívoca, a existência de grupo econômico de fato uma vez que evidenciada a ocorrência de confusão patrimonial, com a utilização do mesmo espaço físico, objeto social, nome fantasia, compartilhamento de empregados e a submissão ao comando das mesmas pessoas.

Por outro lado, o parecer que serviu de base para a decisão de 1ª instância foi preciso ao destacar que *“o grupo é um só, CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT, formado pelas sociedades empresárias Centro Educacional Alzira Bittencourt S/S Ltda e J.M.A. Empreendimentos Educacionais Ltda, sendo a primeira responsável pela educação infantil e ensino fundamental, e a segunda pelo ensino médio e ensino técnico”* (fls. 152) e que sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 278

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

configuração “*está cabalmente comprovada pelos elementos de identidade acima descritos, sendo desnecessárias quaisquer análises contábeis e de movimentações financeiras entre as sociedades*” (fls. 154).

O entendimento acima e o procedimento efetuado durante a auditoria fiscal, encontram-se em consonância com a jurisprudência administrativa, conforme destaca-se nas decisões abaixo:

“ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (SIMPLES)

Ano-calendário: 2007

NULIDADE. PRESSUPOSTOS. NÃO OCORRÊNCIA.

Ensejam a nulidade apenas os atos e termos lavrados por pessoa incompetente e os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

SIMPLES NACIONAL. ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DE EXCLUSÃO. UTILIZAÇÃO DE INTERPOSTAS PESSOAS NA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DE PESSOA JURÍDICA. FRACIONAMENTO DE ATIVIDADES. ADMINISTRAÇÃO ÚNICA. PREVALÊNCIA DA SUBSTÂNCIA FÁTICA SOBRE A FORMA.

É cabível a exclusão do regime simplificado quando ficar evidenciada a utilização de interpostas pessoas na constituição e no funcionamento de pessoa jurídica, que na realidade não é dotada de autonomia operacional nem patrimonial, fazendo parte de empreendimento único.

A simulação ou fraude objetiva pode configurar-se quando as circunstâncias e evidências indicam a coexistência de empresas, que perseguem a mesma atividade



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 279

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

econômica e que se utilizam dos mesmos empregados e meios de produção, implicando confusão patrimonial e gestão empresarial atípica.

(CARF - Acórdão nº 1401-003.746 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária - Processo nº 10580.730019/2015-49 – Seção de 18 de setembro de 2019)”.

“ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

Data do fato gerador: 01/07/2007

SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. FRACIONAMENTO DE ATIVIDADES. UTILIZAÇÃO DE INTERPOSTAS PESSOAS NA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DE PESSOA JURÍDICA. ABUSO DE FORMA. AUSÊNCIA DE AUTONOMIA OPERACIONAL E PATRIMONIAL. ADMINISTRAÇÃO ÚNICA E ATÍPICA. PREVALÊNCIA DA SUBSTÂNCIA SOBRE A FORMA. DESCONSIDERAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS SIMULADOS. LEGALIDADE.

O abuso de forma viola o direito e a fiscalização deve rejeitar o planejamento tributário que nela se funda, cabendo a requalificação dos atos e fatos ocorridos, com base em sua substância, para a aplicação do dispositivo legal pertinente. Não há nesse ato nenhuma violação dos princípios da legalidade ou da tipicidade, nem de cerceamento de defesa, pois o conhecimento dos atos materiais e processuais pela impugnante e o seu direito ao contraditório estiveram plenamente assegurados.

A simulação pode configurar-se quando as circunstâncias e evidências indicam a coexistência de empresas com regimes tributários favorecidos, perseguindo a mesma atividade econômica, com sócios ou administradores em comum e a utilização dos mesmos empregados e meios de produção, implicando confusão patrimonial e gestão empresarial atípica.

O fracionamento das atividades empresariais, mediante a utilização de mão-de-obra existente em empresas interpostas, sendo estas desprovidas de autonomia



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 280

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

operacional, administrativa e financeira, para usufruir artificial e indevidamente dos benefícios do regime de tributação do Simples Nacional, viola a legislação tributária, cabendo então a partir de inúmeras e sólidas evidências a desconsideração daquela prestação de serviços formalmente constituída.

É cabível a exclusão do regime simplificado quando ficar comprovada a utilização de interpostas pessoas na constituição e no funcionamento de pessoa jurídica, de modo a encobrir quem são os verdadeiros sócios administradores.

Comprovada a simulação de constituição de empresa, única e exclusivamente, para fracionar o faturamento de outro empreendimento, e assim garantir a permanência indevidamente da pessoa jurídica no regime tributário simplificado, caracteriza-se a constituição de pessoa jurídica por interposta pessoa, hipótese de exclusão do SIMPLES.

(CARF - Acórdão nº 1001000.799 – Turma Extraordinária / 1ª Turma - Processo nº 11065.724087/201137 – Seção de 13 de setembro de 2018)”.

Também é útil para a solução da controvérsia, o Parecer Normativo COSIT/RFB nº 04, de 10 de dezembro de 2018, que tratou especificamente da responsabilidade tributária solidária prevista no art. 124, inciso I do CTN, mas que traz em seu bojo a definição de Grupo Econômico Irregular:

Grupo econômico irregular

20. O primeiro questionamento da consulta interna que ensejou o presente Parecer Normativo foi: "o art. 124, do CTN, admite a responsabilização solidária por débitos tributários entre componentes do mesmo grupo econômico quando restar comprovada a existência de liame inequívoco entre as atividades desempenhadas por seus integrantes mediante comprovação de confusão patrimonial ou de outro ato ilícito contrário às regras societárias?".



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 281

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

20.1. Na jurisprudência e na doutrina, a hipótese mais tratada para a responsabilização solidária é para o que se denominou "grupo econômico", especificamente quando há abuso da personalidade jurídica em que se desprezita a autonomia patrimonial e operacional das pessoas jurídicas mediante direção única.

20.2. Todavia, a terminologia "grupo econômico" deve ser lida com cuidado, pois é plurívoca. O seu conceito não pode ser dado de forma aleatória, genérica, para qualquer situação. É a regra-matriz específica que determina o antecedente jurídico que gera uma sanção como consequente jurídico. Pode ocorrer de em uma determinada situação os requisitos para a configuração do que se denomina "grupo econômico" sejam mais restritos, ou mesmo distintos, do que em outra.

21. Já se adianta que os grupos econômicos formados de acordo com os Capítulos XX e XXI da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em que há pleno respeito à personalidade jurídica de seus integrantes (mantendo-se a autonomia patrimonial e operacional de cada um deles), não podem sofrer a responsabilização solidária, salvo cometimento em conjunto do próprio fato gerador. Vide o seguinte julgado do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 124 E 174 CTN. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. GRUPO ECONÔMICO. CONFUSÃO PATRIMONIAL. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. 1. Os Embargos de Declaração merecem prosperar, uma vez que presentes um dos vícios listados no art. 535 do CPC. Na hipótese dos autos, o acórdão embargado não analisou a tese apresentada pela ora embargante. Dessa forma, presente o vício da omissão. 2. No caso dos autos, o Tribunal de origem assentou que: não merece reproche a conclusão do juízo a quo no que tange à responsabilização solidária de pessoas físicas (por meio da desconsideração da personalidade jurídica) e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico de empresas devedoras, quando existe separação societária apenas formal e pessoas jurídicas do grupo são usadas para blindar o patrimônio dos sócios em



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 282

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

comum, como é o caso das excipientes, e de outras empresas do grupo." 3. O Superior Tribunal de Justiça entende que a responsabilidade solidária do art. 124 do CTN não decorre exclusivamente da demonstração da formação de grupo econômico, mas demanda a comprovação de práticas comuns, prática conjunta do fato gerador ou, ainda, quando há confusão patrimonial. 4. O Tribunal ordinário entendeu pela responsabilidade solidária da empresa não pela simples circunstância de a sociedade pertencer ao mesmo grupo econômico do sujeito passivo originário. Antes, reconheceu a existência de confusão patrimonial, considerando haver entre as sociedades evidente identidade de endereços de sede e filiais, objeto social, denominação social, quadro societário, contador e contabilidade. 5. As questões foram decididas com base no suporte fático-probatório dos autos, de modo que a conclusão em forma diversa é inviável no âmbito do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 6. Embargos de Declaração acolhidos com efeitos integrativos. (grifou-se)⁵

22. Desta feita, não é a caracterização em si do grupo econômico que enseja a responsabilização solidária, mas sim o abuso da personalidade jurídica de pessoa jurídica, a qual existe apenas formalmente, uma vez que inexistente autonomia patrimonial e operacional. Nesta hipótese, a divisão de uma empresa em diversas pessoas jurídicas é fictícia. A direção e/ou operacionalização de todas as pessoas jurídicas é única. O que se verifica nesta hipótese é a existência de um grupo econômico irregular, terminologia a ser utilizada no presente Parecer Normativo.

23. Pelo art. 123 do CTN, "as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes." O seu objetivo é exatamente impedir que uma convenção particular possa alterar um aspecto da regra-matriz de incidência tributária ou de responsabilidade tributária. Vale dizer, contratos ou estatutos sociais que não

⁵ STJ, Edcl no AgRg no Resp nº 1.511.682/PE, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ 8/11/2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 283

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

refletem a essência dos negócios não podem ser óbice à responsabilização tributária solidária.

23.1. A unidade de direção e de operação das atividades empresariais de mais de uma pessoa jurídica demonstra a artificialidade da existência de distintas personalidades jurídicas. E é essa empresa real, unificada, que realiza o fato gerador dos respectivos tributos.

23.2. Mesmo parcela da doutrina reticente com a possibilidade de responsabilização solidária do grupo econômico legítimo reconhece sua possibilidade quando ocorre a hipótese ora tratada. Segundo Betina Grupenmacher:

Acreditamos ser irrelevante que o grupo econômico tenha sido juridicamente constituído, ou que a sua existência seja apenas factual, o que é relevante é o propósito para o qual se deu a criação de estrutura tendente a prática de atos de cooperação empresariais. Certamente em havendo confusão patrimonial, fraudes comprovadas, abuso de direito e má-fé com prejuízo a terceiros - credores privados ou públicos -, neste caso sim poder-se-á admitir a existência de planejamento tributário ilícito, impondo-se a solidariedade quanto à responsabilidade pelo recolhimento do tributo.⁶ (grifou-se)

24. Por fim, uma variável para a criação do grupo irregular é a corriqueira situação de confusão patrimonial com o intuito de fraude a credores, principalmente à Fazenda Nacional. Seu objetivo é não só a manipulação da ocorrência dos fatos geradores futuros, mas também ocultar os reais sócios do empreendimento e/ou esvaziar o patrimônio referente ao passivo tributário. Como o ilícito tributário não precisa ser diretamente o cometimento do fato jurídico, mas sim a ele vinculado, trata-se de hipótese de existência de grupo a ensejar a responsabilização solidária de seus integrantes, conforme já decidido pelo STJ:

⁶ GRUPENMACHER, B. T. Responsabilidade tributária de grupos econômicos. In: QUEIROZ, M. E.; BENÍCIO JÚNIOR, B. C. (Coords.). Responsabilidade de Sócios e Administradores nas Autuações Fiscais. São Paulo: Foco Fiscal, 2014. p. 65



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 284

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE REDIRECIONAMENTO. INOCORRÊNCIA. GRUPO ECONÔMICO DE FATO E CONFUSÃO EMPRESARIAL EM FRAUDE AO FISCO. CONFIGURAÇÃO. ABUSO DE PERSONALIDADE. PESSOAS JURÍDICAS QUE PERTENCEM AO MESMO GRUPO. EXISTÊNCIA DE CONGLOMERADO FINANCEIRO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 124, 128 E 174 DO CTN E 50 DO CC. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.2. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluiu que as empresas e pessoas físicas envolvidas no caso constituem uma única sociedade de fato, submetida a uma mesma cadeia de comando, além da ocorrência de confusão patrimonial com o objetivo de fraudar o Fisco. Rever tais entendimentos, que estão atrelados aos aspectos fático-probatórios da causa, é inviável em Recurso Especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7/STJ.3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado - quando suficiente para a manutenção de suas conclusões - impede a apreciação do Recurso Especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 283/STF.⁷

25. Nessa toada, há que se ter a comprovação pela fiscalização da existência de grupo irregular, que, repita-se, não se confunde com o grupo econômico de fato legítimo. Deve-se comprovar o cometimento do ilícito societário, mesmo que por prova indireta ou indiciária, pois mero interesse econômico no lucro não é passível de responsabilização solidária. Não obstante, cabe observar que a distribuição disfarçada de lucros a que se referem os arts. 60 e 61 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26

⁷ STJ, REsp 1665094/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/06/2017.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 285

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

de dezembro de 1977, denota a existência de abuso de personalidade jurídica a caracterizar grupo econômico irregular.

Com efeito, pela análise das inúmeras evidências coletadas durante a auditoria fiscal, houve a caracterização de grupo econômico irregular, especialmente no que se refere à inexistência de autonomia patrimonial e operacional. Consequentemente, o grupo econômico deve suportar os efeitos tributários dos negócios efetivamente realizados em substituição àqueles que decorreriam de planejamento tributário não condizente com a verdadeira essência das operações efetuadas.

Desse modo, no presente caso concreto, deve ser considerado o somatório das receitas das sociedades envolvidas para a apuração da base de cálculo e da alíquota aplicável no período em que faziam jus à permanência no Simples Nacional ou, ainda, para a sua exclusão do referido regime no período no qual se verificou a superação do limite de receita bruta legalmente fixado para o enquadramento como empresa de pequeno porte.

Passemos então a análise da inclusão dos valores relativos aos descontos concedidos em virtude da pontualidade no pagamento das mensalidades e das bolsas parciais de educação na base de cálculo do ISSQN.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que, conforme Relatório Final de ação Fiscal (fls. 34), **NÃO FORAM INCLUÍDOS** na base de cálculo do imposto ou na apuração da receita bruta os valores relativos às bolsas de estudo integrais concedidas pela recorrente, somente foram adicionados os descontos concedidos aos contratantes que efetuaram a quitação da mensalidade dentro do prazo de vencimento, ou seja, os chamados descontos por pontualidade no pagamento e os abatimentos referentes às bolsas parciais de educação.

Já o argumento de que qualquer desconto não deveria integrar a base de cálculo do ISSQN, por resultar na redução das receitas efetivamente recebidas pelo sujeito passivo, vai de encontro ao previsto literalmente no CTM⁸ e na jurisprudência que determinam

⁸ Art. 80. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 286

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

que os descontos concedidos, quando condicionais, devem integrar a base de cálculo. Conforme ressaltado pela própria recorrente (pág. 125), encontra-se consolidado nos tribunais superiores o entendimento de que somente os descontos incondicionais devem ser excluídos do cálculo de impostos, inclusive com edição da Súmula 457 do STJ relativamente ao ICMS⁹.

Não merece prosperar também a alegação de que os abatimentos das bolsas parciais e os descontos concedidos pela pontualidade no pagamento seriam incondicionais e que a importação do conceito de condição presente no art. 121 do Código Civil¹⁰ para o Direito Tributário seria equivocada.

O art. 110 do CTN¹¹, como forma de proteção dos contribuintes, proíbe a alteração da definição dos institutos do direito civil pelos entes tributantes, impedindo que a ampliação de determinado conceito resulte na instituição de modalidade tributária não autorizada pela Constituição. Do mesmo modo, entende-se que não pode o sujeito passivo pretender uma redução de seu conteúdo com o objetivo de esquivar-se de suas obrigações.

Diversamente do defendido pela recorrente, entendemos que o fato dos mencionados descontos estarem definidos nos contratos ou boletos bancários não afastam a existência de acontecimento incerto e futuro atribuindo a característica de incondicionalidade a eles, observa-se nos documentos que o tomador somente terá direito aos benefícios se

(...)

§4º Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço.

⁹ Súmula 457 - Os descontos incondicionais nas operações mercantis não se incluem na base de cálculo do ICMS.

¹⁰ Art. 121. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

¹¹ Art. 110. A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 287

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

satisfizer a condição de efetuar a quitação até determinada data. Assim, no caso posto em exame, o evento futuro e incerto se consubstancia no pagamento dentro do prazo de vencimento que pode ocorrer ou não a depender da vontade ou, ainda, das condições do tomador.

Diferentemente do ISSQN, que considera o preço do serviço, deve-se destacar que o desconto para pagamento antecipado ou à vista não se inclui na base de cálculo do ICMS, porque esta, conforme previsão do art. 13, inciso I da Lei Complementar nº 87/96¹², é o valor da operação considerado na saída da mercadoria. Sem sombra de dúvidas, a conclusão totalmente diversa se chegaria se a base de cálculo deste fosse o preço da mercadoria. Importa considerar que a própria LC que trata do imposto de competência estadual diferencia as bases impositivas, destacando-as em incisos distintos do referido artigo e determinando, por exemplo, que esta passa ser o preço do serviço no caso de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

A questão da materialização ou apuração do preço efetivamente ajustado pelas partes contratantes, quando estão presentes cláusulas concessivas de descontos por pontualidade no pagamento, foi discutida no STJ quando do julgamento do REsp nº 1424814 / SP¹³, que se originou de uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

O MP argumentava que os referidos descontos seriam fictícios e que, na verdade, no valor nominal cobrado estaria embutido o valor de uma multa moratória camuflada. Desse modo, defendia que o valor real da mensalidade seria o valor nominal cobrado

¹² Art. 13. A base de cálculo do imposto é:

- I - na saída de mercadoria prevista nos incisos I, III e IV do art. 12, o valor da operação;
 - II - na hipótese do inciso II do art. 12, o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;
 - III - na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;
- (...)

¹³ STJ - Recurso Especial Nº 1.424.814 - SP - Relator : Ministro Marco Aurélio Bellizze - Terceira Turma - Publicado em 10/10/2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 288

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

subtraído o valor do "desconto por pontualidade", sob pena de a multa moratória ultrapassar o patamar de 2% (dois por cento), em clara inobservância do art. 52, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor¹⁴. Em consequência deste raciocínio, pleiteava, dentre outros pedidos, que a instituição de ensino fosse condenada a restituir as quantias cobradas em excesso dos consumidores em decorrência de mora que teriam sido calculadas sobre o valor nominal das mensalidades ao invés de considerar o valor subtraído do desconto que seria o preço efetivamente cobrado pelo serviço.

Conforme destacado no voto do relator que serviu de base para a decisão, a controvérsia incerta no recurso cingia-se em saber se o desconto por pontualidade, concedido pela instituição de ensino, consubstanciava prática comercial abusiva ou consistiria num legítimo instrumento premial de incentivo ao cumprimento espontâneo das obrigações, de interesse de ambas as partes contratantes. Merecem destaque os seguintes trechos do voto:

“Em relação à natureza jurídica, pode-se afirmar que o abono por pontualidade e a multa contratual possuem, como traço em comum, o propósito de instar a outra parte contratante a adimplir a sua obrigação, de garantir o cumprimento da obrigação ajustada.

Porém, diversamente do desconto por pontualidade, a multa contratual, concebida como espécie de cláusula penal (no caso, cláusula penal moratória), assume um nítido viés coercitivo e punitivo, na medida em que as partes, segundo o princípio da autonomia privada, convencionam a imposição de uma penalidade na hipótese de descumprimento da obrigação, cujo limite, nos contratos civis, é de 10% sobre o valor da dívida (arts. 8º e 9º do Decreto n. 22.626/33); nas dívidas condominiais,

¹⁴Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

(...)

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 289

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

de 2% (art. 1.336, § 1º, do Código Civil); e nos contratos de consumo, como é o caso dos autos, de 2%.

(...)

Por sua vez, o desconto de pontualidade, ainda que destinado a instar a outra parte contratante a adimplir a sua obrigação, como reverso da moeda, constitui um idôneo instrumento posto à disposição das partes, também com esteio na autonomia privada, destinado a encorajar, incentivar o contratante a realizar um comportamento positivo, almejado pelas partes e pela sociedade, premiando-o.

(...)

A partir de tais lições, pode-se afirmar, com segurança, que as normas que disciplinam o contrato (seja o Código Civil, seja o Código de Defesa do Consumidor) comportam, além das sanções legais decorrentes do descumprimento das obrigações ajustadas contratualmente (de caráter coercitivo e punitivo), também as denominadas sanções positivas, que, ao contrário, **tem por propósito definir consequências vantajosas em decorrência do correto cumprimento das obrigações contratuais.**

(...)

Na hipótese dos autos, como se constata, **os serviços educacionais foram devidamente contratados mediante o pagamento de um preço de anualidade certo, definido e aceito pelas partes (diluído em prestações nominais e taxa de matrícula), tendo os contratantes, com esteio na autonomia privada, ajustado entre si que, caso houvesse pagamento tempestivo, o adquirente do serviço faria jus a um desconto no valor contratado, o que, a um só tempo, facilitaria e estimularia o cumprimento voluntário da obrigação ajustada, conferindo ao consumidor uma vantagem, no caso, de índole patrimonial.**

Nestes termos pacutados, a tese de que o abono de pontualidade guardaria, em si, uma espécie de aplicação dissimulada de multa, a extrapolar o patamar legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROC/NIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 290

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

previsto no § 1º do art. 52 do CDC (de 2%), perfilhada na origem, afigura-se absolutamente insubsistente, pois parte de premissa equivocada.

A aludida tese ampara-se na alegação de que o valor da mensalidade não seria aquele ajustado contratualmente entre as partes, mas sim o preço efetivamente praticado, consistente no valor da mensalidade já subtraído da importância afeta ao desconto. Assim, na compreensão do Ministério Público Estadual, independentemente do cumprimento tempestivo da obrigação (pagamento da mensalidade até a data de vencimento), todos os alunos fariam jus ao valor da mensalidade com o mencionado desconto, sobre o que deveria incidir a multa de 2% (e não sobre o valor nominal da mensalidade).

Permissa venia, tal compreensão, além de olvidar os contornos em que os serviços educacionais foram efetivamente contratados, propõe que o Estado, no bojo de uma relação privada e em substituição à parte contratante, estipule o "preço ideal" pelos serviços por ela prestados, como se possível fosse mensurar todas as variáveis mercadológicas que o empresário/fornecedor leva em conta para definir o preço de seus serviços, em indevida intervenção no domínio econômico.

Como acentuado, os serviços educacionais foram contratados mediante o pagamento de um preço de anualidade certo, definido e aceito pelas partes (diluído nos valores nominais constantes das mensalidades e matrícula). Inexiste, no bojo da presente ação civil pública, qualquer discussão quanto à existência de defeito de informação ou de vício de consentimento, especificamente em relação ao preço estipulado da anuidade escolar à época da celebração dos contratos de prestação de serviços educacionais entre os consumidores e a instituição de ensino demandada. Em momento algum se cogita que o aluno/consumidor teria sido levado, erroneamente, a supor que o preço de sua mensalidade seria aquele já deduzido do valor do desconto. Aliás, insinuações nesse sentido cederiam à realidade dos termos contratados, em especial, repisa-se, no tocante ao preço da anuidade efetivamente ajustado.

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 291

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

No tocante à materialização do preço ajustado, parece-me, de igual modo, inexistir qualquer óbice ao seu reconhecimento, pois o pagamento efetuado até a data do vencimento toma por base justamente o valor contratado, sobre o qual incidirá o desconto; o pagamento feito após o vencimento, de igual modo, toma também por base o valor contratado, sobre o qual incidirá a multa contratual. Tem-se, permissa venia, não ser possível maior materialização do preço ajustado do que se dá em tal hipótese.

Como assinalado, o desconto de pontualidade é caracterizado justamente pela cobrança de um valor inferior ao efetivamente contratado (que é o preço da anuidade diluído nos valores das mensalidades e matrícula) para o consumidor que efetiva o pagamento até a data do vencimento da obrigação. Não se pode confundir o preço efetivamente ajustado pelas partes com aquele a que se chega pelo abatimento proporcionado pelo desconto. O consumidor que não efetiva a sua obrigação, no caso, até a data do vencimento, não faz jus ao desconto (grifamos)".

De modo idêntico, o preço dos serviços prestados pela recorrente também é fixado por meio de uma anuidade, dividida em até 12 (doze) parcelas, conforme se verifica, a título de exemplo, na cláusula 6ª da avença relativa ao exercício de 2015, que foi anexada ao processo de ação fiscal nº 030010524/2018, abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

PROCNIT
Processo: 030/0016007/2018
Fls: 292

Processo: 030016007/2018

Data: 11/07/2020

Folhas:

Rubrica:

CLÁUSULA SEXTA – DA ANUIDADE - Como contraprestação pelo Serviço de Educação Escolar, o CONTRATANTE, já inteirado previamente das condições financeiras deste CONTRATO, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis à matéria, está ciente dos valores da anuidade para o ano letivo de 2015, conforme abaixo especificado, podendo ser dividida em até 12 (doze) parcelas sucessivas, vencendo a 1ª no ato da matrícula e as demais parcelas todo dia cinco dos meses subsequentes, sendo a última em 05 de dezembro de 2015.

Ensino Fundamental: Para as turmas de 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano - ANUIDADE de R\$9922,20 ou 12 parcelas de R\$826,85

Ensino Fundamental: Para as turmas de 6º, 7º, 8º e 9º ano - ANUIDADE de R\$10750,20 ou 12 parcelas de R\$895,85

§ 1º - O valor da parcela da anuidade acima pactuado permanecerá fixo, salvo justo motivo que altere o equilíbrio contratual, ou por expressa autorização legal permitindo o seu realinhamento ou reajuste.

§ 2º – A primeira parcela da anuidade será efetivada no ato da matrícula ou renovação de matrícula, sendo observadas as seguintes disposições quanto à devolução de valores pela CONTRATADA no caso de cancelamento de matrícula ou transferência formal do CONTRATANTE:

I – Até 07 (sete) dias após sua assinatura, sendo devolvido integralmente qualquer valor pago;

II – Até 01 (um) dia antes do começo das aulas, a devolução será de 70% (setenta por cento) do valor pago;

III - Em qualquer tempo, após o início do período letivo, não será devolvido ao CONTRATANTE qualquer valor pago.

§ 3º - A suspensão ou interrupção do pagamento da anuidade pelo CONTRATANTE só ocorrerá por expressa comunicação por escrito, através de formulário de cancelamento e entregue devidamente protocolado na Secretaria da CONTRATADA, conforme CLÁUSULA QUARTA, § 4º, e CLÁUSULA DÉCIMA.

Já as cláusulas 8ª e 9ª determinam que as multas e juros de mora serão calculados sobre o valor da parcela da anuidade em atraso e que o contratante somente terá direito aos descontos concedidos ou à bolsa parcial de educação escolar caso seja efetuado o pagamento da parcela até a data do vencimento.

CLÁUSULA OITAVA – DO ATRASO E DO INADIMPLEMENTO - O pagamento efetuado após a data limite de vencimento, será acrescido de multa no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela de anuidade em atraso, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária pelo IGPM.

§ 1º - Na hipótese de inadimplência, o CONTRATANTE perderá os descontos caso concedidos pela CONTRATADA, obrigando-se ao pagamento integral das parcelas avençadas, acrescidas dos encargos legais e contratuais.

CLÁUSULA NONA – DA BOLSA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR - As reduções concedidas pela CONTRATADA, a título de Bolsa Parcial de Educação Escolar, têm caráter transitório, não gerando direito adquirido, devendo anualmente ser solicitada sua renovação em formulário próprio fornecido pela CONTRATADA podendo, a qualquer tempo e a critério da CONTRATADA, ser diminuída ou eliminada. A Bolsa Parcial de Educação Escolar só será válida para pagamento até a data do vencimento da respectiva parcela da anuidade; caso contrário será automaticamente desconsiderada, obrigando-se o CONTRATANTE ao pagamento integral das parcelas avençadas acrescidas dos encargos legais e contratuais, sem aviso prévio pela CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Conselho de Contribuintes

Processo:	030016007/2018
Data:	11/07/2020
Folhas:	
Rubrica:	

Com efeito, pela análise das provas trazidas aos autos, constata-se inequivocadamente que é sobre o valor da parcela da anuidade, considerada integralmente e correspondente ao preço efetivo do serviço, que incidirão tanto os percentuais relativos aos descontos por pontualidade e abatimentos relativos às bolsas de estudo parciais quanto os referentes aos juros e multa de mora.

Desta forma, como os descontos ou bolsas parciais concedidas pela recorrente são condicionados à quitação das parcelas até a data de seu vencimento, eles devem, portanto, integrar a base de cálculo do ISSQN.

Pelos motivos acima expostos, somos pelo conhecimento e desprovimento do Recurso Voluntário.

Niterói, 11 de julho de 2020.

11/07/2020

X

André Luís Cardoso Pires

André Luís Cardoso Pires

Representante da Fazenda

Assinado por: ANDRE LUIS CARDOSO PIRES:00738825778

Nº do documento:	00058/2020	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	DESPACHO		
Autor:	2350361 - ANDRE LUÍS CARDOSO PIRES		
Data da criação:	13/07/2020 10:48:42		
Código de Autenticação:	066C7CF6480F8A69-9		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - ANDRE LUÍS CARDOSO PIRES

À FCCN

Em prosseguimento, com a instrução processual prevista no art. 24 do Decreto 9.735/2005 em anexo.

Ressalta-se que verificamos o impedimento do Conselheiro Vitor Paulo Marins de Mattos, nos termos do art. 54, do mesmo decreto.

Observar também o pedido de sustentação oral efetuado pela recorrente (fls. 237).

Sugere-se o julgamento do presente processo em conjunto com os de nºs 030016000/2018, 030016011/2018, 030016015/2018, 030016052/2018, 030016057/2018, 030016060/2018 e 030016063/2018, em virtude de conexão.

Em 13/07/2020.

Documento assinado em 13/07/2020 10:48:42 por ANDRE LUÍS CARDOSO PIRES - AUDITOR
FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2350361

Nº do documento:	03146/2020	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	PRESIDENTE		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	21/07/2020 11:56:24		
Código de Autenticação:	084A4AD904AED993-2		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SCART - SETOR DE CARTÓRIO

Ao
Presidente com a manifestação da Representação Fazendária para distribuição aos Relatores.

Em, 21 de julho de 2020

Documento assinado em 21/07/2020 11:56:24 por NILCEIA DE SOUZA DUARTE - OFICIAL
FAZENDÁRIO / MAT: 2265148

Nº do documento:	00213/2020	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	DESPACHO PARA CONSELHEIRO RELATOR		
Autor:	2351724 - FRANCISCO DA CUNHA FERREIRA		
Data da criação:	24/07/2020 11:48:53		
Código de Autenticação:	FDEFCD898F25DCDF-8		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DETRI - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

Ao Conselheiro Eduardo Sobral Tavares,

Para emitir relatório e voto, observando o prazo regimental, nos termos do art. 23, inciso II c/c art. 52 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes.

Francisco da Cunha Ferreira

Presidente - FCCN

Documento assinado em 24/07/2020 11:48:53 por FRANCISCO DA CUNHA FERREIRA - AUDITOR
FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2351724



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

EMENTA: Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração SEFISC – IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS – Inexistência de violação aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório – Inteligência do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 – Aplicação do art. 3º, §4º, III da LC n. 123/06 – Pessoas jurídicas beneficiadas pelo regime especial com sócio comum – Receita bruta global que ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, II da LC n. 123/06 – Inclusão dos descontos condicionados na base de cálculo – Recurso conhecido e desprovido.

Sr. Presidente e demais membros deste Conselho,

Trata-se de recurso voluntário interposto por CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S em face da decisão de primeira instância que manteve o Auto de Infração n. 04.9.0005865.00016653.2018-25 (SEFISC), lavrado para a cobrança de IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS do período de janeiro/2015 a dezembro/2015, em decorrência da exclusão do contribuinte do regime do Simples Nacional.

Com efeito, de acordo com a Ação Fiscal, foram apurados indícios de grupo econômico entre as sociedades CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA e J.M.A. EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, quais sejam:

1. Ambas as sociedades estão estabelecidas no mesmo local: Rua Ministro Otávio Kelly, n. 217, Icaraí, Niterói;
2. A partir dos respectivos contratos sociais, verificou-se a identidade de sócios: Jerônimo Luiz da Silva Batista e Marcelo Pereira Picanço;



3. Nos contratos de prestação de serviços celebrados pelas duas pessoas jurídicas, o sócio Jerônimo Luiz da Silva Batista se enquadra como diretor;
4. No cadastro municipal, as duas sociedades utilizam o mesmo nome fantasia:
5. O compartilhamento de funcionários por ambas as sociedades.

Em seguida, foi realizada a análise global da receita bruta das sociedades, com a conclusão de que o limite estabelecido no art. 3º, inciso II da LC n. 123/06 foi extrapolado em patamar inferior a 20%, o que acarreta a exclusão de ofício do Simples Nacional a partir do exercício seguinte. Para tanto, foram considerados como receita bruta os descontos por pontualidade e as bolsas de estudo parciais concedidas aos alunos, já que enquadrados na categoria de descontos condicionados.

Em primeira instância, o contribuinte aduziu os seguintes argumentos: (i) que a exclusão do regime do Simples Nacional só poderia ter sido efetivada após a conclusão do contencioso administrativo-tributário, com o registro no Portal do Simples Nacional, sob pena de cerceamento de defesa e transgressão ao art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/2018; (ii) que os descontos concedidos (“bolsas de estudo parciais” e “descontos por pontualidade”) não poderiam ter sido considerados para fins de apuração da receita global, pois se tratavam de descontos incondicionados; (iii) que a simples presença de sócios em comum não é suficiente para caracterizar um grupo econômico de fato entre pessoas jurídicas distintas; (iv) que a demonstração da existência de um grupo econômico dependeria de prova pericial contábil, de um comando unificado, de um objetivo comum e do compartilhamento de empregados.

A decisão *a quo*, com base no parecer de fls. 150/156, julgou improcedente o pedido por não identificar quaisquer vícios formais ou materiais no Auto de Infração n. 04.9.0005865.00016653.2018-25 (SEFISC).

Dos fundamentos da decisão se extrai que:



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

1. A caracterização do grupo econômico de fato, no caso, decorre não apenas de uma simples comunhão societária, mas também (i) da identidade quanto à natureza dos serviços prestados (serviços de educação, ensino e orientação pedagógica) pelas sociedades CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA e J.M.A. EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, (ii) do uso do mesmo nome fantasia (“Centro Educacional Alzira Bittencourt”), (iii) do mesmo domicílio e compartilhamento da sede na Rua Ministro Otavio Kelly, n. 271, Icaraí, Niterói, (iv) do compartilhamento de funcionários, e (v) da direção pedagógica ser exercida em ambas as instituições pelo sócio Marcelo Pereira Picanço;

2. Os descontos oferecidos aos alunos – em razão da pontualidade no pagamento e da bolsa de estudo parcial – teriam natureza de descontos condicionados, conforme os Contratos de Prestação de Serviços apresentados na Ação Fiscal, e, como tais, integrariam a receita bruta anual;

3. O procedimento de exclusão respeitou o disposto no art. 3º, inciso II c/c art. 30, inciso IV c/c art. 31, inciso V, “b” c/c art. 29, todos da LC n. 123/06, pois o contribuinte, no âmbito de um grupo econômico de fato, obteve receita bruta global superior ao limite legalmente estabelecido;

4. O conteúdo do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/2018 deve ser interpretado no sentido de que a exclusão definitiva – e não a exclusão provisória, como no caso – só pode ser realizada após o encerramento do processo administrativo-tributário em que se garanta a ampla defesa do contribuinte.

Inconformado, o contribuinte interpôs recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, no qual retoma os mesmos argumentos apresentados por ocasião da impugnação em primeira instância.

A Representação Fazendária se manifesta pelo desprovimento do recurso voluntário por entender que o procedimento de exclusão respeitou os princípios do devido



processo legal, ampla defesa e contraditório, em especial os ditames da LC n. 123/06 e do art. 83 da Resolução CGSN n. 140/18. Em acréscimo, salienta que o grupo econômico resta plenamente demonstrado através da similitude de endereços, utilização do mesmo nome fantasia, compartilhamento do quadro de funcionário e identidade do quadro societário, além da submissão de comando (administrativo e pedagógico) às mesmas pessoas. Por fim, aponta para inclusão dos descontos por pontualidade e das bolsas de estudo parciais no cômputo da receita bruta global, já que se tratam de descontos condicionados, nos termos dos contratos de prestação de serviços educacionais celebrados com os alunos.

É o relatório.

Presentes os pressupostos gerais de admissibilidade, razão pela qual conheço do recurso voluntário interposto.

Em primeiro lugar, não se pode falar em afronta aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, pois é incorreto extrair do art. 83 da Resolução CGSN n. 140/18 o pensamento de que a exclusão do Simples Nacional dependeria da conclusão do contencioso administrativo-tributário, inclusive com registro no Portal do Simples Nacional.

Com efeito, o referido dispositivo determina que o procedimento de exclusão de ofício será deflagrado pela expedição do termo de exclusão do Simples Nacional (§1º), do qual será dada ciência ao interessado (§2º) para que impugne, se assim desejar, a autuação. No mais, esclarece que o termo de exclusão só se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte (§3º) ou depois de vencido o respectivo prazo, se não houver impugnação (§4º):

Art. 83. A competência para excluir de ofício a ME ou a EPP do Simples Nacional é:

I - da RFB;



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

II - das secretarias de fazenda, de tributação ou de finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento; e
III - dos Municípios, tratando-se de prestação de serviços incluídos na sua competência tributária.

§ 1º Será expedido termo de exclusão do Simples Nacional pelo ente federado que iniciar o processo de exclusão de ofício.

§ 2º Será dada ciência do termo de exclusão à ME ou à EPP pelo ente federado que tenha iniciado o processo de exclusão, segundo a sua respectiva legislação, observado o disposto no art. 122.

§ 3º Na hipótese de a ME ou a EPP, dentro do prazo estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, impugnar o termo de exclusão, este se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte, com observância, quanto aos efeitos da exclusão, do disposto no art. 84.

§ 4º Se não houver, dentro do prazo estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, impugnação do termo de exclusão, este se tornará efetivo depois de vencido o respectivo prazo, com observância, quanto aos efeitos da exclusão, do disposto no art. 84.

§ 5º A exclusão de ofício será registrada no Portal do Simples Nacional na internet, pelo ente federado que a promoveu, após vencido o prazo de impugnação estabelecido pela legislação do ente federado que iniciou o processo, sem sua interposição tempestiva, ou, caso interposto tempestivamente, após a decisão administrativa definitiva desfavorável à empresa, condicionados os efeitos dessa exclusão a esse registro, observado o disposto no art. 84.

§ 6º Fica dispensado o registro previsto no § 5º para a exclusão retroativa de ofício efetuada após a baixa no CNPJ, condicionados os efeitos dessa exclusão à efetividade do termo de exclusão na forma prevista nos §§ 3º e 4º.

§ 7º Ainda que a ME ou a EPP exerça exclusivamente atividade não incluída na competência tributária municipal, se tiver débitos perante a Fazenda Pública Municipal, ausência de inscrição ou irregularidade no cadastro fiscal, o Município poderá proceder à sua exclusão do Simples Nacional por esses motivos, observado o disposto nos incisos V e VI do caput e no § 1º, todos do art. 84.



§ 8º Ainda que a ME ou a EPP não tenha estabelecimento em sua circunscrição o Estado poderá excluí-la do Simples Nacional se ela estiver em débito perante a Fazenda Pública Estadual ou se não tiver inscrita no cadastro fiscal, quando exigível, ou se o cadastro estiver em situação irregular, observado o disposto nos incisos V e VI do caput e no § 1º, todos do art. 84.

No caso, como bem ressaltou a d. Representação Fazendária, pode-se notar que a Administração Tributária municipal cumpriu todos os requisitos previstos na LC n. 123/06 e na Resolução CGSN n. 140/18, sendo certo que notificou o contribuinte de sua exclusão, com a abertura de prazo para impugnação.

Nessa linha, a expressão “se tornará efetivo” contida no art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 só pode ser compreendida dentro de uma visão integrada da legislação, em conjunto com os §§4º e 5º do mesmo dispositivo. Isso significa que o termo de exclusão deverá ser lavrado *ab initio*, em caráter provisório, mas só se tornará definitivo com o encerramento do procedimento litigioso e registro da exclusão de ofício no portal do Simples Nacional.

A consulta realizada ao sistema do Simples Nacional demonstra a existência de um registro equivocado de exclusão no dia 16/05/2019, mas que foi devidamente corrigido em 04/07/2019, após a constatação do erro, uma vez que o recurso na esfera administrativa (Processo 030016000/2018) ainda estava pendente de julgamento.

Logo, rejeito a preliminar de nulidade do procedimento.

Por outro lado, tenho como correta a exclusão do contribuinte do Simples Nacional, com fundamento no art. 3º, §4º, inciso III da LC n. 123/06:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de



Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

Como se vê, não pode se beneficiar do regime do Simples Nacional a pessoa jurídica de cujo capital participe pessoa física que seja sócia de outra sociedade empresária que também esteja inscrita no Simples Nacional, desde que a receita bruta global de tais pessoas jurídicas ultrapasse o limite de R\$ 3.600.000,00.

No caso, a Ação Fiscal encetada através do PA 030/0010524/2018 comprovou, por meio da análise dos respectivos contratos sociais, que as sociedades CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA e J.M.A. EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, ambas beneficiárias do regime do Simples Nacional, possuem como sócios Jerônimo Luiz da Silva Batista e Marcelo Pereira Picanço.

Igualmente, após análise dos documentos econômico-fiscais, verificou-se que a receita bruta global de serviços ultrapassou o limite de R\$ 3.600.000,00 em menos de 20% no ano-calendário de 2015, o que ensejou a exclusão de ambas as sociedades do Simples Nacional.

A receita bruta, conforme dispõe o art. 3º, §1º da LC n. 123/06, é o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados



e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no **caput** deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Acerca da apuração da base de cálculo, a norma supracitada é bastante clara: apenas os descontos incondicionais não serão considerados para fins de quantificação do limite global de receita. A contrário senso, os descontos condicionais integram o conceito de receita bruta, já que apenas representam um ajuste financeiro entre as partes, sem alterar o preço do serviço.

Sobre o tema, colaciono as palavras de José Antônio Patrocínio:

“Descontos condicionados - Na prática a concessão desse tipo de desconto ocorre da seguinte forma: as partes (prestador e tomador dos serviços) firmam contrato de prestação de serviços onde são estabelecidas as responsabilidades e principalmente o preço do serviço acompanhado das formas de pagamento. Estipula-se ainda que na hipótese de antecipação dos valores relativos aos pagamentos mensais será concedido um determinado desconto ou abatimento. A condição para concessão do desconto é a antecipação do pagamento. Veja que nessa hipótese o preço do serviço permanece inalterado. Ocorre simplesmente uma redução no valor a ser recebido, ocasionada por uma necessidade econômica ou até mesmo por mera liberalidade do prestador dos serviços. Trata-se na verdade de um ajuste financeiro. Por



essa razão, o valor relativo a esse desconto condicionado a um evento futuro e incerto não poderá ser excluído da base de cálculo do ISS”¹.

Compulsando o relatório final da Ação Fiscal, percebo que o Auditor Fiscal excluiu da receita bruta global os valores referentes às bolsas de estudo integrais por entender que, em relação a elas, os descontos eram incondicionados. Todavia, foram considerados no cálculo os valores relativos aos descontos por pontualidade e às bolsas de estudo parciais, já que classificados como descontos condicionados a um evento futuro e incerto, qual seja o pagamento da mensalidade no prazo estipulado em contrato.

De fato, os contratos de prestação de serviços – em especial as cláusulas sétima, oitava e nona – demonstram que os “descontos por pontualidade” e as “bolsas parciais de educação escolar” consistem em meros ajustes financeiros celebrados entre o contribuinte (prestador dos serviços) e seus alunos (tomadores dos serviços), e que dependem, para sua ocorrência, de evento futuro e incerto: o pagamento na data aprazada.

O parágrafo primeiro da cláusula oitava determina que “*na hipótese de inadimplência, o contratante perderá os descontos caso concedidos pela contratada, obrigando-se ao pagamento integral das parcelas avençadas, acrescidas dos encargos legais e contratuais*”. Ou seja, o desconto é condicionado ao adimplemento da prestação na data estipulada pelas partes.

Confira-se a exata redação da avença:

CLÁUSULA OITAVA – DO ATRASO E DO INADIMPLEMENTO - O pagamento efetuado após a data limite de vencimento, será acrescido de multa no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela de anuidade em atraso, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária pelo IGPM.

§ 1º - Na hipótese de inadimplência, o CONTRATANTE perderá os descontos caso concedidos pela CONTRATADA, obrigando-se ao pagamento integral das parcelas avençadas, acrescidas dos encargos legais e contratuais.

¹ PATROCÍNIO, José Antônio. **ISS: teoria, prática e jurisprudência**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: FISCOsoft Editora, 2016, p. 125-126.



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Do mesmo modo, a cláusula nona descreve que “*a bolsa parcial da educação escolar só será válida para pagamento até a data do vencimento da respectiva parcela da anuidade; caso contrário será automaticamente desconsiderada, obrigando-se o contratante ao pagamento integral das parcelas avençadas*”.

Eis o teor da cláusula:

CLÁUSULA NONA - DA BOLSA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR - As reduções concedidas pela CONTRATADA, a título de Bolsa Parcial de Educação Escolar, têm caráter transitório, não gerando direito adquirido, devendo anualmente ser solicitada sua renovação em formulário próprio fornecido pela CONTRATADA podendo, a qualquer tempo e a critério da CONTRATADA, ser diminuída ou eliminada. A Bolsa Parcial de Educação Escolar só será válida para pagamento até a data do vencimento da respectiva parcela da anuidade; caso contrário será automaticamente desconsiderada, obrigando-se o CONTRATANTE ao pagamento integral das parcelas avençadas acrescidas dos encargos legais e contratuais, sem aviso prévio pela CONTRATADA.

Processo: 030/0010524/2018
Fls: 31

Portanto, correta a conclusão do Auditor Fiscal no caso em comento, já que os descontos acima referidos têm natureza condicionada e, assim, integram a receita bruta global.

Por fim, não posso deixar de consignar que a discussão acerca da configuração de um grupo econômico perde relevância diante do que prevê o art. 3º, §4º, inciso III da LC n. 123/06.

A despeito de concordar com a d. Representação Fazendária de que (i) a identidade de endereços (“Rua Ministro Otavio Kelly, n. 271, Icaraí, Niterói”), (ii) a utilização do mesmo nome fantasia (“Centro Educacional Alzira Bittencourt”), (iii) o compartilhamento do quadro de funcionário, (iv) a identidade do quadro societário e (v) a submissão do comando administrativo e pedagógico às mesmas pessoas (Jerônimo Luiz da Silva Batista como administrador e Marcelo Pereira Picanço como diretor pedagógico) comprovam a existência de um grupo econômico de fato, tenho que a exclusão do Simples Nacional decorre da mera inobservância do art. 3º, §4º, inciso III da LC n. 123/06.



A citada norma é expressa em excluir as sociedades que compartilham sócio pessoa física e que, em conjunto, extrapolam o limite anual de R\$ 3.600.000,00 de receita bruta, independentemente da constatação de um grupo econômico de fato.

No caso em tela, repita-se, as pessoas jurídicas CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA e J.M.A. EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA eram beneficiárias do Simples Nacional, possuíam como sócios em comum Jerônimo Luiz da Silva Batista e Marcelo Pereira Picanço e obtiveram receita bruta global de serviços superior a R\$ 3.600.000,00 no ano-calendário de 2015. Logo, não faziam jus ao regime simplificado de tributação.

Deste modo, correta a cobrança de IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS do período de janeiro/2015 a dezembro/2015, que foi efetivamente por meio do sistema do Simples Nacional, com amparo na LC nº 123/06.

Pelo exposto, voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso voluntário, mantendo-se *in totum* a decisão de primeira instância.

Niterói, 21 de julho de 2021.

EDUARDO SOBRAL TAVARES
ONSELHEIRO

Nº do documento:	00201/2021	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	CERTIFICADO DA DECISÃO		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	09/08/2021 18:54:54		
Código de Autenticação:	D05C3EB9C9A2045F-0		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - CONSELHO DE CONTRIBUINTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N°.030/016.007/2018

DATA: - 28/07/2021

CERTIFICO, em cumprimento ao artigo 38, VIII, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto n°. 9735/05;

1.260º SESSÃO HORA: - 10:00

DATA: - 28/07/2021

PRESIDENTE: - CARLOS MAURO NAYLOR

CONSELHEIROS PRESENTES

1. LUIZ ALBERTO SOARES
2. MARCIO MATEUS DE MACEDO
3. RODRIGO FULGONI BRANCO
4. EDUARDO SOBRAL TAVARES
5. ERMANO TORRES SANTIAGO
6. PAULINO GONÇALVES MOREIRA LEITE FILHO
7. ROBERTO PEDREIRA FERREIRA CURI
8. MÁRCIO FERREIRA TEIXEIRA

VOTOS VENCEDORES - Os dos Membros sob o n°. (01,02,03,04,05,06, 07,08)

VOTOS VENCIDOS: Dos Membros sob o n°. (X)

IMPEDIMENTO: Os dos Membros sob o n°. (X)

ABSTENÇÃO: - Os dos Membros sob o n°. (X)

VOTO DE DESEMPATE: - SIM () NÃO (X)

RELATOR DO ACÓRDÃO: - EDUARDO SOBRAL TAVARES

CC, em 28 de julho de 2021

Documento assinado em 17/08/2021 16:31:38 por CARLOS MAURO NAYLOR - AUDITOR FISCAL
DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2331403

Nº do documento:	00202/2021	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	ACÓRDÃO 2.784/2021		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	10/08/2021 19:04:43		
Código de Autenticação:	33255FF91F21FA30-3		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - CONSELHO DE CONTRIBUINTES

ATA DA 1.260ª SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 28/07/2021

DECISÕES PROFERIDAS

PROCESSO 030/016.007/2018

RECORRENTE: - CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA

RECORRIDO: - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

RELATOR: - EDUARDO SOBRAL TAVARES

DECISÃO: - Pelo conhecimento e desprovimento do Recurso Voluntário, no que foi acompanhado por unanimidade pelos demais Conselheiros.

EMENTA APROVADA

ACÓRDÃO Nº 2.784/2021: - " Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração SEFISC – IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS – Inexistência de violação aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório – Inteligência do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 – Aplicação do art. 3º, §4º, III da LC n. 123/06 – Pessoas jurídicas beneficiadas pelo regime especial com sócio comum – Receita bruta global que ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, II da LC n. 123/06 – Inclusão dos descontos condicionados na base de cálculo – Recurso conhecido e desprovido".

CC, em 28 de julho de 2021

Documento assinado em 17/08/2021 16:31:55 por CARLOS MAURO NAYLOR - AUDITOR FISCAL
DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2331403

Nº do documento:	00203/2021	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	OFICIO DA DECISÃO		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	11/08/2021 11:01:51		
Código de Autenticação:	9C9B81A9D71C6329-0		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

**030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO 030/016.007/2018

"CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT"

RECURSO VOLUNTÁRIO

Senhora Secretária,

Por unanimidade de votos, a decisão foi pelo conhecimento e desprovimento do recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.

Face ao exposto, submetemos à apreciação de Vossa Senhoria, nos termos do artigo 86, inciso II da Lei nº 3.368/2018.

CC, em 28 de julho de 2021.

Documento assinado em 17/08/2021 16:32:13 por CARLOS MAURO NAYLOR - AUDITOR FISCAL
DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2331403

Nº do documento:	00204/2021	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	FCAD PUBLICIAR ACORDAO 2.784/2021		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	11/08/2021 12:12:09		
Código de Autenticação:	4B472CABF2DCBD2B-3		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CC - CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Ao
FCAD,

Senhora Subsecretária,

Face o disposto no art. 20, nº. XXX e art. 107 do Decreto nº 9.735/2005 (Regimento Interno do Conselho de Contribuintes), solicito a publicação em Diário Oficial do Acórdão abaixo:

EMENTA APROVADA

ACÓRDÃO Nº 2.784/2021: - "Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração SEFISC – IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS – Inexistência de violação aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório – Inteligência do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 – Aplicação do art. 3º, §4º, III da LC n. 123/06 – Pessoas jurídicas beneficiadas pelo regime especial com sócio comum – Receita bruta global que ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, II da LC n. 123/06 – Inclusão dos descontos condicionados na base de cálculo – Recurso conhecido e desprovido".

CC, em 28 de julho de 2021

Documento assinado em 17/08/2021 16:32:42 por CARLOS MAURO NAYLOR - AUDITOR FISCAL
DA RECEITA MUNICIPAL / MAT: 2331403

PROCNIT

Processo: 030/0016007/2018

Fls: 315



Protocolo D.O. de 31/12/21
em 03/10/22
ASSIL M. S. Farias

Maria Lucia H. S. Farias
Matricula 239.121-0

5.02	Conclusão de procedimentos administrativos para cobranças em lote por meios físicos ou digitais, incluindo envio de cartas, realização de telefonemas, envio de e-mail e mensagem por meios digitais	processo	300
5.03	Conclusão de procedimentos administrativos para cobrança individual por meios físicos ou digitais	processo	20
5.04	Conclusão de processos administrativos para regularização de débitos e créditos fiscais (até 5 débitos)	processo	15
5.05	Conclusão de processos administrativos para regularização de débitos e créditos fiscais (de 6 até 20 débitos)	processo	40
5.06	Conclusão de processos administrativos para regularização de débitos e créditos fiscais (de 21 até 50 débitos)	processo	65
5.07	Conclusão de processos administrativos para regularização de débitos e créditos fiscais (acima de 51 débitos)	processo	90
5.08	Acompanhamento, análise e promoção de autorregularização de contribuintes de maior potencial tributário, por meio do monitoramento da arrecadação dos tributos municipais, do cumprimento de obrigação tributária principal e acessória, da análise de setores e grupos econômicos e da gestão para o tratamento prioritário relativo ao passivo tributário	dia	30
5.09	Suspensão de ofício da Inscrição Municipal do contribuinte de ISS quando constatada em ação fiscal a cessação de suas atividades no município	suspensão	30
5.10	Procedimento de monitoramento de sujeito passivo, selecionado em malha de fiscalização que recebeu comunicação de inconsistências nos valores devidos com vistas à autorregularização	dia	30
5.11	Execução e desenvolvimento das atividades inerentes às receitas transferidas	dia	30
5.12	Execução e desenvolvimento das atividades inerentes ao patrimônio imobiliário municipal e receitas patrimoniais	dia	30
5.13	Conclusão de procedimento administrativo de baixa ou suspensão de inscrição municipal, conforme requerimento do contribuinte	inscrição	10

GRUPO 6 - TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS			
Item	Descrição	Unidade de medida	Pontuação
6.01	Atuar como organizador, coordenador, instrutor, orientador ou palestrante em cursos, treinamentos, programas, seminários, palestras, congressos ou simpósios sobre tributação, legislação, procedimentos administrativos, sistemas informatizados ou temas relacionados direta ou indiretamente com a fiscalização, a tributação e as atividades correlatas	dia	50
6.02	Participar como discente em cursos de treinamento, palestras, seminários sobre tributação, legislação, procedimentos administrativos, sistemas informatizados ou temas relacionados direta ou indiretamente com a fiscalização, a tributação e as atividades correlatas	dia	30
6.03	Atuar no apoio à aquisição, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas informatizados utilizados como instrumentos de auxílio e controle à fiscalização e à tributação com vistas ao seu aperfeiçoamento, dando sugestões para sua melhoria e maior adequação e funcionalidade.	dia	30

GRUPO 7 - REPRESENTAÇÃO FUNCIONAL			
Item	Descrição	Unidade de medida	Pontuação
7.01	Comparecimento pelo Representante Fazendário e Conselheiro à sessão do Conselho de Contribuintes	sessão	30
7.02	Exercício da função de Presidente do Conselho de Contribuintes	dia	30
7.03	Participar de eventos externos ao município representando a Secretaria de Fazenda ou o Poder Público Municipal	hora	5
7.04	Participar de eventos externos ao município representando a Secretaria de Fazenda ou o Poder Público Municipal, proferindo palestras, apresentações ou atuando como mediador em congressos e eventos congêneres	hora	10
7.05	Comparecimento a delegacia, fórum ou outro órgão público para prestar depoimento sobre a constatação de indícios de crime contra a ordem tributária apurados em procedimento fiscal	dia	30

GRUPO 8 - ATIVIDADES ESPECIAIS			
Item	Descrição	Unidade de medida	Pontuação
8.01	Designação para substituição eventual de cargo em comissão ou função gratificada	dia designado	30
8.02	Outras atividades especiais com designação exclusiva	dia designado	30
8.03	Outras atividades especiais sem designação exclusiva	dia designado	10

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATOS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - CC
030/011592/2021 - BACKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL.
"Acórdão nº 2.821/2021: - ISS - Recurso voluntário - Obrigação principal - Prestação dos serviços descritos no subitem 7.02 da Lista Anexa à LC n. 116/03 - Execução de obra de engenharia por meio de empreitada industrial - Industrialização por encomenda de tubos flexíveis customizados conforme a necessidade do tomador - Operação mista cuja atividade está prevista em lei complementar como serviço - Prevalência da obrigação de fazer - Incidência do ISS - Impossibilidade de dedução dos materiais aplicados na prestação do serviço - Entendimento fixado pelo STF no RE 603.497 AgR-segundo - Inteligência do art. 80, §§ 1º e 13 da Lei Municipal n. 2.597/08 - Recurso conhecido e desprovido."
030/011330/2021 - BACKER HUGHES ENERGY TECHNOLOGY DO BRASIL.
"Acórdão nº 2.832/2021: - ISS - Recurso voluntário - Obrigação acessória - Multa regulamentar - Não emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) - Prestação de serviço sujeita à incidência do ISS reconhecida por este Conselho de Contribuintes - Aplicação retroativa da Lei Municipal n. 3.461/19 - Inteligência do art. 106 do CTN - Redução do valor da multa de 2% para o valor de referência MO por documento fiscal não emitido, limitado a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da operação - Recurso conhecido e parcialmente provido."
030/011121/2021 - ONCOLOGIA CLINICA NITERÓI LTDA.
"Acórdão nº 2.834/2021: - ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Responsabilidade pela retenção de ISSQN de serviços tomados de coleta de lixo prestado por empresa estabelecida fora do Município de Niterói. Inexistência de CEPOM em Niterói. Recurso Voluntário conhecido e desprovido."
030/011119/2021 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A.



Publicado D.O. de 31/12/21
em 03/01/22
ASSIL M. J. S. Farias

Maria Lucia H. S. Farias
Matrícula 239.121-0

"Acórdão nº 2.835/2021: - ISSQN. Recurso voluntário. Auto de infração. Obrigação tributária principal. Responsabilidade tributária da autuada. Alegação de que o lançamento teria englobado nota fiscal cancelada pelo prestador por erro de valor. Falta de comprovação. Suposta nota substituta que não faz referência à nota cancelada, contendo informações distintas da nota que teria sido objeto de cancelamento. Ônus do sujeito passivo em comprovar o cancelamento, bem como o pagamento do ISSQN. Manutenção do lançamento. Recurso voluntário conhecido e desprovido."

030/011319/2021 - CLAUDIA TOFFANO BENEVENTO.

"Acórdão nº 2.839/2021: - IPTU – Recurso de ofício – Obrigação principal - Isenção de 50% do IPTU do imóvel do programa minha casa minha vida – Inteligência do art. 1º, inc. IV e V da lei 2.754/10 – recurso de ofício desprovido."

030/011123/2021 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A.

"Acórdão nº 2.840/2021: - ISSQN, Recurso voluntário e recurso de ofício. Auto de infração. Obrigação tributária principal. Responsabilidade tributária da autuada. Serviços de transporte municipal. Alegação de que o lançamento teria englobado serviços prestados em outros municípios. Exclusão pela primeira instância de parte do lançamento, em relação a valores do ISSQN correspondentes a serviços prestados em outros municípios devidamente comprovados. Manutenção de parte dos valores lançados, sobre os quais não houve comprovação da prestação dos serviços em outros municípios. Recurso voluntário que não apresenta provas aptas a afastar a incidência do ISSQN quanto à parte mantida do lançamento, exceto quanto a uma nota fiscal. Redução da multa fiscal para 75% (setenta e cinco por cento), em face da nova legislação (art. 120, caput, da lei nº 2.597/2008, na redação dada pela lei nº 3.252, de 31/12/2016). Aplicação da legislação mais benéfica, na forma do art. 106, inciso II, alínea "c", do CTN. Recurso voluntário conhecido e provido parcialmente. Recurso de ofício conhecido e desprovido."

030/016007/2018 - CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA.

"Acórdão nº 2.784/2021: - Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração SEFISC – IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP e ISS – Inexistência de violação aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório – Inteligência do art. 83, §3º da Resolução CGSN n. 140/18 – Aplicação do art. 3º, §4º, III da LC n. 123/06 – Pessoas jurídicas beneficiadas pelo regime especial com sócio comum – Receita bruta global que ultrapassa o limite estabelecido no art. 3º, II da LC n. 123/06 – Inclusão dos descontos condicionados na base de cálculo – Recurso conhecido e desprovido."

030/024752/2018 - LABORATÓRIO DE ALIMENTOS, ASSESSORIA M. MATTOS.

"Acórdão nº 2.791/2021: - ISSQN – Recurso Voluntário – Obrigação principal – Lançamento de Ofício – Enquadramento dos serviços no subitem 17.08 e não no subitem 04.02 da lista do anexo III da Lei nº 2597/2008 – Recurso Voluntário Conhecido e Desprovido."

030/007018/2020 - TALMON DE PAULA FREITAS.

"Acórdão nº 2.794/2021: - IPTU. Recurso Voluntário. Recurso de Ofício. Notificação de Lançamento Complementar. Recurso Voluntário intempestivo, sendo apresentado fora do prazo recursal. Recurso Voluntário não conhecido. Recurso de Ofício conhecido e parcialmente provido."

030/006643/2020 - ARI DE SOUZA PENA.

"Acórdão nº 2.795/2021: - IPTU. Impugnação de Lançamento. Impugnação intempestiva de IPTU. O artigo 63 da Lei 3368/2018 prevê o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de impugnação a contar da data da ciência do lançamento complementar. Pedidos de prorrogação de prazo devem ser protocolados dentro do prazo recursal. Recurso voluntário que se nega provimento."

030/010102/2021 - JANE DOMINGUES CAMPANATI.

"Acórdão nº 2.796/2021: - IPTU. Recurso de Ofício. Notificação de Lançamento Complementar. A impugnação do lançamento tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito, mas não interrompe o curso da mora. Encargos Moratórios. Contagem de Prazo. Recurso de Ofício conhecido e provido."

030/011118/2021 - MARCELLO PIGNATARO DE AZEVEDO.

"Acórdão nº 2.799/2021: - IPTU. Recurso Voluntário. Recurso de Ofício. Notificação de Lançamento Complementar. Recurso Voluntário intempestivo, sendo apresentado fora do prazo recursal. Não ocorre sub-rogação de tributos na pessoa do adquirente quando consta, do título, prova de quitação. Recurso Voluntário não conhecido. Recurso de Ofício conhecido e parcialmente provido."

030/0010852/2021 - 030/010853/2021 - AGILLY SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME.

"Acórdãos nºs 2.802/2021 – 2.803/2021 - ISS – Recurso de Ofício – Obrigação principal – Impugnação ao lançamento – Erro de identificação do sujeito passivo – Inexistência de hipótese de responsabilidade tributária por substituição – Inteligência do art. 73, inciso XVII e §4º da Lei nº 2.597/08, com redação dada pela Lei Municipal nº 2.628/08 – Recurso conhecido e desprovido."

030/010116/2021 - ESPÓLIO DE MOACYR ROCHA.

"Acórdão nº 2.804/2021: IPTU - Recurso Voluntário - Lançamento Complementar – Exercícios de 2013 a 2018 – Inconsistência no Lançamento em face de área desapropriada – Nulidade da decisão de 1ª Instância – Recurso Conhecido e Provido."

030/010881/2021 – HELENA FERREIRA GONÇALVES DIAS.

"Acórdão nº 2.818/2021: - IPTU. Recurso de ofício. Lançamento anual de ofício. Exercício de 2018. Decisão de primeira instância correta quanto à atribuição dos efeitos tributários a contar de 1º de janeiro de 2018. Comprovação pelo sujeito passivo da utilização do imóvel como residencial desde 2017. Protocolização do pedido de alteração cadastral no exercício de 2017, anteriormente ao fato gerador do IPTU referente ao exercício de 2018. Recurso de ofício conhecido e desprovido."

PROCESSO 030/002995/2018 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CENTRO CLÍNICO MARIZ.

Acórdão nº 2.824/2021: - ISS – Recurso de ofício – Obrigação principal – Impugnação ao lançamento – Pagamento parcial do tributo devidamente comprovado – Extinção do crédito tributário – Recurso conhecido e desprovido."

030/010863/2021 - BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA

"Acórdão nº 2.836/2021: ISS – Recurso voluntário – Obrigação principal – Serviços de apoio marítimo – Empresa brasileira de navegação autorizada para prestar serviços na navegação de apoio marítimo – Termo de autorização nº 332/07 antaq – serviços tipificados no subitem 20.01 do anexo III da lei municipal nº 2597/08 – Alegada atividade de afretamento de navio – Impossibilidade – Usuário do serviço de apoio marítimo como empresa brasileira de navegação – Inteligência do art. 106, inciso II, alínea "c", do CTN. Recurso voluntário conhecido e provido parcialmente. Recurso de ofício conhecido e desprovido."



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Página 11

Publicado D.O. de 31/12/21
em 03/01/22
ASSIL MLHSfang

Maria Lucia H. S. Farias
Matrícula 239.121-0

8º da lei nº 9.432/98 – Contrato que se reveste de características típicas de prestação de serviço – Resolução-antag nº 2.884/13 – Recurso voluntário ao qual se nega provimento.”

030/013612/2021 - MIWS CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.

“Acórdão nº 2.844/2021: - ISSQN. Recurso voluntário. Notificação de lançamento. Obrigação tributária principal. Alegação de que o ISSQN foi recolhido. Apresentação de comprovante bancário de recolhimento que não corresponde ao ISSQN objeto do lançamento. Ônus do sujeito passivo em comprovar o pagamento do ISSQN. Manutenção do lançamento. Recurso voluntário conhecido e desprovido.”

ATOS DO COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO – DETRI

O Setor de Cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói (SCART) torna pública a devolução da correspondência enviada por Aviso de Recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado, por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta Secretaria, ficando o mesmo notificado do indeferimento do pedido de impugnação do auto de infração nº74293, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24 parágrafo IV, da lei nº. 3.3688/18.

O interessado dispõe de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente edital para impugnar ou recorrer.

030/60789/2007 - SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE NITERÓI.

ATOS DO COORDENADOR DE IPTU – CIPTU

EDITAIS

O Setor de Cartório da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói (SCART) torna pública, a pedido da Coordenação do IPTU (CIPTU), a devolução da correspondência enviada por Aviso de Recebimento (AR) ao contribuinte abaixo mencionado, por não ter sido localizado no endereço cadastrado nesta Secretaria, ficando o mesmo notificado do cancelamento da inscrição 232.336-8, mediante o presente edital, nos termos do artigo 24, parágrafo IV, da lei nº. 3.3688/18.

030/021248/2016 – Leida Machado Caruso.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DE TAXA DE COLETA IMOBILIÁRIA DE LIXO

O Coordenador de IPTU, responsável pela fiscalização do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e da Taxa de Coleta Imobiliária de Lixo (TCIL), com base no artigo 24, inciso IV, da Lei Municipal 3.368/2018, torna público o presente edital de notificação de lançamentos novos, revistos ou complementares desses tributos, pelo fato de o contribuinte não ter sido localizado no endereço cadastrado ou não ter comparecido à Secretaria Municipal de Fazenda.

PROCESSO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/CNPJ
030017717/2018	3507-1	ALMIRO DA SILVA FERREIRA	112.956.867-91
030012089/2021	255047-3	LIA REGINA EASTER SCHMIDT TORRES	649.715.467-15

Assim, ficam os sujeitos passivos do Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Coleta Imobiliária de Lixo do Município de Niterói notificados dos lançamentos novos, revistos ou complementares acima discriminados. Os lançamentos foram efetuados com base na Lei Municipal 2.597/2008, em especial os artigos 4º a 38 e os artigos 166 a 171, bem como no seu artigo 16 c/c artigos 145 e 173 do Código Tributário Nacional. A correção monetária e os acréscimos legais são calculados de acordo os artigos 231 e 232 da Lei Municipal 2.597/2008. O prazo para impugnação dos lançamentos é de 30 dias após a ciência destes, na forma do artigo 63 da Lei Municipal 3.368/2018. O contribuinte poderá consultar o processo administrativo na Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC - da Secretaria Municipal de Fazenda, na Rua da Conceição, 100, Centro, Niterói. O pedido de depósito administrativo, o parcelamento da dívida ou a retirada das guias para pagamento podem ser feitos no CAC ou, preferencialmente, de forma remota, conforme orientações obtidas no portal da SMF, no endereço fazenda.niteroi.rj.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
Departamento de Fiscalização de Posturas
Ato do Diretor de Fiscalização de Posturas.

Publicação 1057

O Diretor do Departamento de Fiscalização de Posturas torna público o auto de infração e as intimações abaixo:

- Auto de Infração nº 6038 de 29/12/2021, Espólio de José da Cunha Rodrigues;
- Intimação nº 12147 de 15/12/2021, Espólio de Francisco Inácio de Souza;
- Intimação nº 12070 de 17/11/2021, Iara Elias Sampaio;
- Intimação nº 13926 de 16/12/2021, Edelman R. Rosa.

nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS

INSTRUMENTO: Termo Jurídico SMC 615/2021. **PARTES:** O Município de Niterói, representado Secretaria Municipal das Culturas e GONÇALO RODRIGUES GUERRA DA SILVEIRA; Termo jurídico referente à contratação do projeto Antônio Parreiras - Um Estudo Contemporâneo pelo artista Gunga Guerra. **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura **VALOR:** R\$ 2.000,00 (dois mil reais). **VERBA:** PT 41.01.13.392.0136.3443, Código de Despesa: 33.90.31, Fonte: 138, Nota de Empenho nº 002582. **FUNDAMENTO:** Lei 8666/93; Processos Administrativos 240/000018/2021 e 240/000767/2021 e Chamada Pública SMC 04/2021 – Prêmio de Ideias Criativas. **DATA DA ASSINATURA:** 19/12/2021.

INSTRUMENTO: Termo Jurídico SMC 616/2021. **PARTES:** O Município de Niterói, representado Secretaria Municipal das Culturas e HERIKSON OLIVEIRA DA SILVA; Termo jurídico referente à contratação do projeto Bonecos Falantes. **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura **VALOR:** R\$ 2.000,00 (dois mil reais). **VERBA:** PT 41.01.13.392.0136.3443, Código de Despesa: 33.90.31, Fonte: 138, Nota de Empenho nº 002582. **FUNDAMENTO:** Lei 8666/93; Processos Administrativos 240/000018/2021 e 240/000662/2021 e Chamada Pública SMC 04/2021 – Prêmio de Ideias Criativas. **DATA DA ASSINATURA:** 29/12/2021.

INSTRUMENTO: Termo Jurídico SMC 617/2021. **PARTES:** O Município de Niterói, representado Secretaria Municipal das Culturas e IVANA CORDEIRO DE MORAIS BARBOSA; Termo jurídico referente à contratação do projeto Nichtheroy, Território Indígena. **PRAZO:** 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura **VALOR:** R\$ 2.000,00 (dois mil reais). **VERBA:** PT 41.01.13.392.0136.3443, Código de

Nº do documento:	00308/2022	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	EMITIR CARTA		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	16/01/2022 17:52:45		
Código de Autenticação:	CF3080AEF191D7AC-1		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SCART - SETOR DE CARTÓRIO

A funcionária Elizabeth para emitir carta comunicando a decisão do Conselho de Contribuintes, anexando cópia dos pareceres que fundamentaram a decisão, após retorno.
Em 16/01/2022

Documento assinado em 16/01/2022 17:52:45 por NILCEIA DE SOUZA DUARTE - OFICIAL
FAZENDÁRIO / MAT: 2265148

PROCNIT
 Processo: 030/0016007/2018
 Fls: 320

<input type="checkbox"/>	Para Uso do Correio	<input type="checkbox"/>	Assinale com um "X" quando o destinatário não for encontrado
<input type="checkbox"/>	Mudou-se	<input type="checkbox"/>	Desconhecido
<input type="checkbox"/>	Falecido	<input type="checkbox"/>	Ausente
<input type="checkbox"/>	Não Existe o nº Indicado	<input type="checkbox"/>	Outros (Indicar)



NÚCLEO DE PROCESSAMENTO FISCAL

Rua da Conceição, nº 100/2º andar • Centro - Niterói
 Rio de Janeiro - Brasil • CEP 24.020-082

NOME: CENTRO EDUCACIONAL ALZIRA BITTENCOURT S/S LTDA		
ENDEREÇO: RUA INISTRO OTAVIO KELLY - Nº 217		
CIDADE: NITERÓI BAIRRO: ICARAÍ CEP: 24.220.300		
DATA: 17/01/2022	PROC: 030/016007/2018	SCART

Senhor Contribuinte,

Comunicamos a Vossa Senhoria a decisão do Conselho de Contribuintes, o qual julgou conhecido e desprovido o recurso voluntário, face Acórdão de nº 2784/2021.

Segue anexo cópias do julgamento com os pareceres que fundamentaram a decisão.

Atenciosamente,

Elizabeth N. Braga

228625

Nº do documento:	00328/2022	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	CARTA ANEXADA		
Autor:	2286250 - ELIZABETH NEVES BRAGA		
Data da criação:	17/01/2022 17:32:22		
Código de Autenticação:	38BBCCEF7B8E81C0-1		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SCART - SETOR DE CARTÓRIO

Carta anexada ao processo e encaminhada para as devidas providências.

Elizabeth N. Braga

228625

Niterói, 17/01/2022

Documento assinado em 17/01/2022 17:32:22 por ELIZABETH NEVES BRAGA - ASSISTENTE /
MAT: 2286250

Nº do documento:	00363/2022	Tipo do documento:	DESPACHO
Descrição:	FGAB CONHECER A DECISÃO DO CONSELHO		
Autor:	2265148 - NILCEIA DE SOUZA DUARTE		
Data da criação:	18/01/2022 16:35:32		
Código de Autenticação:	F7E5B82F743749FB-7		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - PMN

030 - SMF - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SCART - SETOR DE CARTÓRIO

Á
Senhora Secretária,

F G A B ,

Tendo em vista decisão do conselho de contribuintes cunho Acórdão foi publicado em diário oficial em 31 de dezembro de 2021, encaminhamos o presente, solicitando apreciação de vossa senhoria, face ao que dispõe o art. 86, inciso II da Lei nº 3368/2018.

CC, em 18 de janeiro de 2022

Documento assinado em 18/01/2022 16:35:32 por NILCEIA DE SOUZA DUARTE - OFICIAL
FAZENDÁRIO / MAT: 2265148